

Cartografias Sociais e Participativas no Brasil: Emergência da prática e principais nuances adotados

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins ^{1*}

¹Doutoranda em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. (*Autor correspondente: anabetamb@yahoo.com.br)

Histórico do Artigo: Submetido em: 16/01/2021 – Revisado em: 08/02/2021 – Aceito em: 16/02/2021

RESUMO

As Cartografias sociais e participativas são metodologias de produção de mapas envolvendo grupos sociais desde a coleta até a confecção e têm sido muito utilizadas no Brasil desde a década de 1990, em especial nos anos 2000. São uma ferramenta de aproximação entre agências estatais de meio ambiente e desenvolvimento, Organizações Não Governamentais e esses coletivos, que em sua maioria constituem-se populações tradicionais, cujo conhecimento local é fundamental para a gestão dos recursos e manutenção da vida e do próprio território. O presente artigo pretende oferecer um panorama da trajetória da prática das Cartografias Participativas no Brasil a partir de uma revisão bibliográfica marcada pelo olhar geográfico sobre as principais experiências e projetos que se tornaram casos de referência para o trabalho com abordagens participativas de Cartografia.

Palavras-Chaves: Cartografias Participativas, Mapeamentos sociais, Trajetória.

Social and Participatory Cartographies in Brazil: Overview of the practice and Main approaches

ABSTRACT

Social and Participatory Cartographies are methodologies of map production involving distinct social groups and have been widely used in Brazil since the 1990s, especially in the 2000s, as a tool to bring together state agencies of environment and development, Non-Governmental Organizations, and these groups, which are mostly traditional populations, whose local knowledge is fundamental for the management of resources and maintenance of life and territory itself. The present article intends to offer an overview of the trajectory of the practice of Participatory Cartographies in Brazil, based on a bibliographic review marked by a geographical view of the main experiences and projects that have become reference cases for the work with participatory cartographic approaches.

Keywords: Participatory Cartographies, Social Mapping, Trajectory.

Martins, A. B. S. P., (2020). Cartografias Sociais e Participativas no Brasil: Emergência da prática e Principais Nuances Adotados. *Revista Brasileira de Sensoriamento Remoto*, v.1, n.3, p.62-73.



Direitos do Autor. A revista utiliza a licença *Creative Commons* - CC Atribuição Não Comercial 4.0 CC-BY-NC.

1. Introdução

No Brasil, a tendência de utilização de mapeamento participativo junto às políticas públicas ocorre a partir de 1990, em um contexto político de redemocratização do Estado e relativa abertura política após décadas de ditadura militar. Contexto que pressionou o desenvolvimento de metodologias mais afeitas à escuta de demandas vindas diretamente de grupos sociais na gestão pública e à atuação dos representantes de movimentos sociais, associações e ONGs que vinham reivindicando espaço para escuta e atendimento de suas necessidades.

Tratando-se dos fatores diretamente concorrentes para a disseminação das Cartografias Participativas nas políticas públicas brasileiras, consideramos que paralelamente aos avanços tecnológicos no campo da produção digital da informação espacial apontados anteriormente, inclui-se também uma questão fundamental: a ascensão da questão ambiental como preocupação em escala local e global naquele momento (Acserald e Coli, 2008, p. 36).

Como coloca Acserald (2014) há uma peculiaridade ou, na fala do autor, “uma historicidade própria do caso brasileiro” do desenvolvimento de experiências de mapeamentos participativos. Este histórico está atrelado à questão ambiental e a necessidade de valorização do conhecimento das populações locais para garantia da preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, principalmente na Amazônia brasileira. Atrelada igualmente à vida de populações cuja relação com a terra e com a natureza não só promove a sustentabilidade ambiental, mas é a base fundamental da sua sobrevivência material e cultural, bem como da manutenção dos territórios* que tradicionalmente ocupam (Almeida, 2004).

Abre-se parênteses para esclarecer que, de acordo com artigos 231 e 231 da C.F. de 1988 e art. 68 do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, as populações indígenas têm direito ao uso exclusivo de suas terras, são chamados “direitos originários” sobre as terras que ‘tradicionalmente’ ocupam, desde o início do processo colonizador. Por outro lado, as comunidades remanescentes de quilombos têm o direito a demarcação e propriedade das terras. Somado a isso, o texto constitucional, indica que ‘documentos e sítios antigos de quilombos’ devem ser tombados. No que se refere a proteção pelo tombamento, os procedimentos administrativos na esfera do IPHAN bem como as medidas cautelares decorrentes desse ato ainda não estão totalmente definidos no âmbito do IPHAN, e a notícia é de que ainda estão sendo elaborados portarias para melhor direcionar o uso desse instituto

Desse modo, no presente artigo pretendeu-se oferecer um panorama da trajetória da prática das Cartografias Participativas no Brasil a partir de um estudo marcado pelo olhar geográfico †da Cartografia e a partir a bibliografia produzida acerca do tema no país, buscando focar os projetos que se tornaram casos de referência para o trabalho com abordagens participativas de Cartografia.

2. Desenvolvimento: Contexto de emergência das abordagens de Cartografia Participativa no Brasil

Conforme colocado anteriormente, o início dos anos 1990 marcou a emergência das abordagens participativas de Cartografia, em especial aquela desenvolvida em mapeamentos utilizados como ferramenta de aproximação e diálogo com populações tradicionais em função de demandas de formulação de políticas públicas para o meio ambiente e desenvolvimento social.

Nesse mesmo período, é importante destacar que no âmbito internacional a atenção de boa parte da comunidade de países organizados em torno de Organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) se voltou, por um lado, à defesa do meio ambiente através do combate a atividades nocivas como o desmatamento, o aquecimento global e a extinção de espécies animais e vegetais, para citar as “bandeiras” mais divulgadas. Por outro lado, a atenção se voltou para a busca pela definição de princípios universais de desenvolvimento econômico e social, o chamado Desenvolvimento Sustentável, que garantisse ao mesmo tempo a manutenção da sustentabilidade da vida social e natural no planeta.

No ano de 1992, o Brasil inclusive sediou uma das mais importantes reuniões internacionais ligadas ao debate da questão ambiental: a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), que gerou um documento acordado e assinado por 179 países participantes daquela conferência, comprometidos então em implementar medidas para alcançar formas desse desenvolvimento sustentável. No evento, um dos pontos focais foi o desenvolvimento brasileiro e os desafios para proteger suas “riquezas naturais”, como a biodiversidade da Amazônia e da mata atlântica.

Tendo em vista a referida conjuntura internacional e as demandas internas por preservação ambiental, houve a criação pelo Estado brasileiro, de várias normas específicas ligadas à Política Nacional de Meio Ambiente. Entre elas podemos destacar a criação de um mecanismo para gestão de áreas de preservação ambiental que trouxe entre seus princípios de funcionamento a necessidade da participação dos grupos sociais diretamente ligados aqueles espaços. Trata-se do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado no ano 2000 (Lei nº 9.985/2000 e Decreto nº 4.340/2002), que identificou e classificou áreas prioritárias para a preservação ambiental nos diferentes biomas brasileiros, as chamadas unidades de conservação da Natureza (UCs), como, por exemplo, das Reservas Extrativistas (RESEX).

Cabe pontuar que em 2006 foi criado também o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, com o objetivo de implementar a criação, delimitação e gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas com as terras indígenas e os remanescentes de quilombo. Tanto a gestão das UCs quanto das demais áreas protegidas tem como princípio a participação social das populações habitantes dessas regiões.

Segundo a Política Nacional de Meio Ambiente, a construção de planos de manejo das UCs deve contemplar o ‘princípio da participação social’ e priorizar o ‘diálogo’ para com as populações locais na definição das formas de uso e conservação do ambiente. Na prática, essa gestão compartilhada entre Estado e sociedade está sendo realizada por meio da criação de conselhos gestores das UCs. E é nesse contexto que surge a demanda pela adoção de metodologias participativas de trabalho com os grupos, como é o caso do exemplo dos projetos de Cartografia aqui analisados.

Desse modo, conforme foi apontado por Acserald e Coli (2008) a criação de unidades de conservação e o início do uso de Cartografias Participativas no Brasil está estreitamente relacionado. Esses autores inclusive identificaram alguns casos de uso de mapas participativos em processos de preservação ambiental que tem relação com esse capítulo, da política de criação de unidades de conservação pelo Estado brasileiro. Para tais autores, são três os casos “inaugurais” das práticas de mapeamento participativo no país: 1) a criação das primeiras reservas extrativistas (RESEX) a partir de mapeamento dos territórios de seringueiros no oeste amazônico (AC); 2) a experiência das pesquisas sobre os conflitos territoriais na região do programa de mineração Grande Carajás no Pará (PA) que ficou conhecida como “Guerra dos Mapas”; e 3) a criação de um plano de manejo florestal na primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Brasil, denominada Mamirauá, em Tefé, no Amazonas (Acserald e Coli, 2008). Chama-se atenção para o fato dessas experiências pioneiras terem se dado todas na região amazônica, e para o papel das ONGs e Fundações internacionais, sob a bandeira ambientalista, exerceram no apoio e estímulo a essas iniciativas.

É importante citar que, desde aquele momento inicial até os dias atuais, o mapeamento participativo tem sido constantemente utilizado pelos conselhos para organizar a gestão dessas UCs. A recorrência da utilização do mapeamento participativo para zoneamento dos variados tipos de áreas de preservação e seu

reconhecimento como metodologia fundamental para a gestão destas garantiu inclusive que tal metodologia fosse sugerida pela Cartilha de Orientação para criação de conselhos gestores das unidades de conservação federal recentemente publicada pelo Ministério do Meio Ambiente (ICMBio, 2014). Neste guia, a metodologia consta como um passo importante dentro do processo de socialização do conhecimento sobre as características do território e deliberações sobre seus usos (ICMBio, 2014).

Dessa forma, a necessidade de trabalhar na construção de planos de gestão com populações locais que reivindicam maior compreensão e valorização de seus modos de vida e as suas relações com seus territórios e meio ambiente, está na base da história do desenvolvimento de metodologias participativas, como são essas cartografias aqui estudadas.

2.1 Mapeamentos participativos e Cartografias sociais: nuances de uma abordagem

Quando observamos com mais atenção para o conjunto de experiências de mapeamentos participativos no Brasil, atualmente cada vez mais amplo, percebemos múltiplas nuances dessa abordagem participativa. Essa variedade nos modos de cartografar é uma característica das Cartografias participativas no Brasil, conforme já indicava o levantamento feito pelo projeto “Experiências em Cartografia Social” do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), realizado nos anos 2000, sob a coordenação do prof. Henri Acserald:

Num levantamento realizado no primeiro semestre de 2008, foram identificadas 118 experiências em que grupos indígenas, comunidades quilombolas, pequenos produtores e extrativistas, membros de associações de moradores urbanos foram envolvidos em práticas de mapeamento dos territórios em que vivem e trabalham. Segundo a classificação de seus próprios promotores, estas atividades foram em sua maioria associadas à delimitação de territórios e territorialidades identitárias, a dar elementos para uma discussão sobre desenvolvimento local, oferecer subsídios a planos de manejo em unidades de conservação e a promover o etnozoneamento em terras indígenas (Acserald e Coli, 2008, p. 24-25)

Nesse sentido, nota-se que a denominação “Cartografia social” se tornou uma das denominações mais referenciadas entre as formas de se fazer mapeamento participativo. Esse fato se deu principalmente em função da projeção da trajetória notável do Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA), principal projeto aglutinador das experiências de cartografia social no país, sobre o qual discorreremos brevemente mais adiante.

O que gostaríamos de pontuar diante do exposto é que, mesmo que se faça a tentativa de reunir as práticas de mapeamento sob uma determinada denominação comum seja ela “Cartografia Social” ou “Participativa”, o conjunto dessas experiências demonstram que não há um modelo único de construção desses mapeamentos. Pelo contrário, conforme apontou Acserald e Coli (2008) há apropriações muito distintas desta prática. Ainda assim, a título de exercício de esclarecimento do uso dos termos é possível pinçar algumas diferenças entre as chamadas cartografias sociais e os outros nuances de mapeamento participativo.

Para realizar essa distinção, tomamos como pressuposto as colocações do antropólogo Aurélio Vianna Jr. (2009)[‡] que escreveu uma matéria para o Jornal *Le Diplomatie* Brasil enquanto atuava como consultor da Fundação Ford. Ali avaliou um conjunto de experiências de mapeamentos participativos e auto mapeamentos no Brasil realizados até aquele momento, interpretando essas metodologias como parte de um movimento mais amplo de “reencantamento da cartografia”, posto que nessa abordagem participativa a Cartografia voltaria a assumir que a introdução de ícones gráficos está associada aos significados simbólicos

muito particulares de cada grupo e território, como os estudos em Geografia/Cartografia histórica demonstram que ocorreu em outros momentos da história das sociedades (Duarte, 2008).

Vianna (2009) resume esse “desencantamento” da Cartografia da seguinte forma:

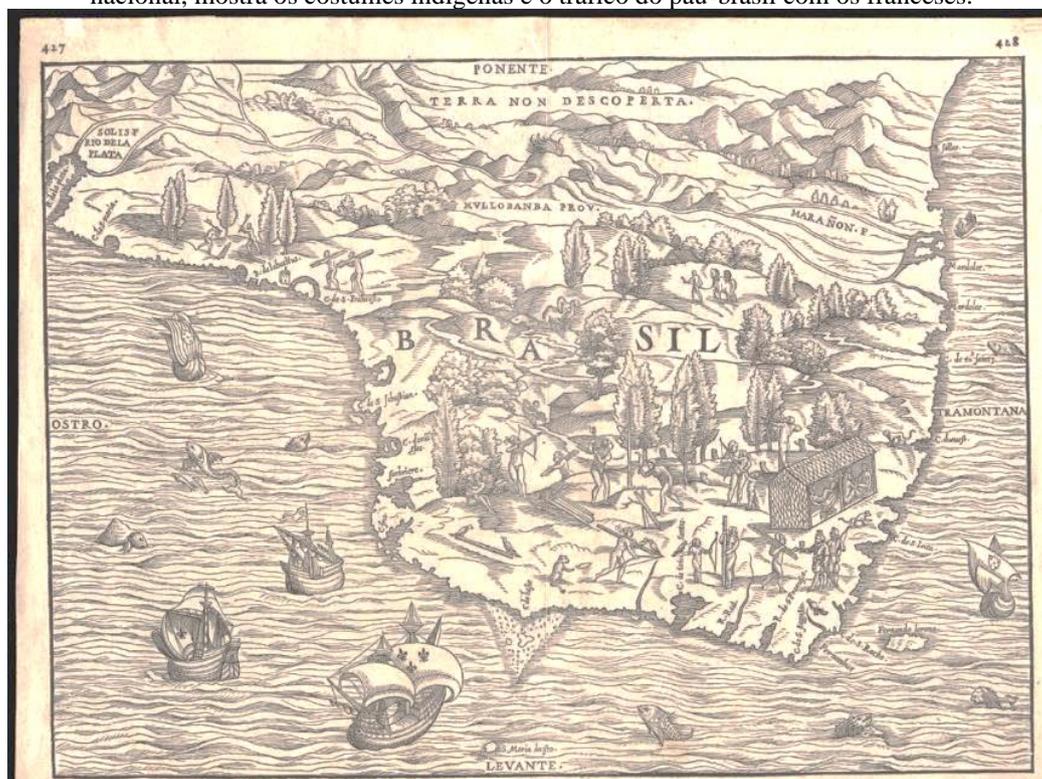
“Na história das representações espaciais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não da geografia. Foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração, de instrumento, de experiências, com o consequente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais ‘objetivos’. (Vianna Jr., 2009, p. 36)

E acrescenta, parágrafos à frente:

[...] A evolução da cartografia ocidental é parte de um movimento mais geral de “desencantamento do mundo”, conceito weberiano de análise do processo de modernização que levaria à diferenciação técnica, à racionalização dos “domínios essenciais à vida humana” – direito, religião, ciência, política, economia e arte. (Vianna Jr., 2009, p. 36)

O mapa da Figura 1, por exemplo traz representação das criaturas marinhas com feições ferozes, nos remetendo a intenção de suscitar imaginações sobre o “Novo Mundo” e criando uma atmosfera de subjetivismo do qual nos fala Vianna Jr. (2009) ao tratar sobre a origem “encantada” da Cartografia.

Figura 1 - Mapa do Brasil por Giacomo Gastaldi, 1556. De acordo com a descrição feita pela catalogação da Biblioteca nacional, mostra os costumes indígenas e o tráfico do pau-brasil com os franceses.



Fonte: Catálogo Virtual da Biblioteca Nacional. GASTALDI, Giacomo. Brasil. [Veneza, Itália], [1556?]. 1 mapa, 26,3 x 36,4 cm. em f. 30,9 x 39,4 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart395872/cart395872.jpg. Acesso em: 3 ago. 2019.

A geógrafa Fernanda Padovesi Fonseca, assinalou essa passagem em sua tese sobre as vicissitudes de se trabalhar e, principalmente, de se refletir teoricamente sobre a Cartografia na Geografia, mesmo sendo essa uma linguagem comum para a Geografia (Fonseca, 2004). Em artigo resultante de sua pesquisa ela explica que a passagem de uma cartografia baseada no desenho figurativo para um desenho abstrato e regido pela noção do espaço matemático euclidiano foi lenta e com base em “muito esforço” de abstração:

A cartografia evoluiu segundo duplo movimento: 1) uma especialização técnica que foi se livrando do imaginário projetado anteriormente, valorizando as finalidades funcionais, tais como navegação, manobras militares (...); 2) uma formalização geométrica de referencial geodésico configurando uma cartografia Matemática (Fonseca, 2008, p. 90)

Nesse sentido, compreende-se que a emergência das cartografias participativas reforçou a tendência de abertura do campo para o “reencantamento” da prática cartográfica, ao menos daquela que se realizava a partir dos centros universitários. Isto porque, no decorrer desses mapeamentos os pesquisadores, professores e técnicos são levados tomar em consideração os desenhos figurativos dos participantes, bem como as denominações vernaculares e particulares do grupo que identifica os lugares nestes mapas. E assim, é que tais metodologias permitem que o universo particular dos grupos mapeados ganhe protagonismo na narrativa de seus mapas. Também é aí que a definição de *mapa como linguagem*, conforme preconiza Fonseca (2004; 2008), ganha força no estudo dos mapas participativos.

Desse modo, é por meio da confecção gráfica das bases e das legendas com ícones e símbolos que são escolhidos e fazem sentido para o grupo que estes mapas se tornam instrumento de afirmação identitária do grupo que os elabora, trazendo à tona a visão destes sobre seu território, que não é somente objetiva, mas também “subjetiva”, e, por vezes, até mesmo mítica (Vianna, 2009, p. 37).

As comunidades, a partir do domínio de metodologias e tecnologias e do apoio de pesquisadores, têm dado visibilidade a si mesmas e a seus territórios por meio de um processo simbólico de constituição delas mesmas e dos mapas que as representam, em um contexto de disputas políticas territoriais. A representação cartográfica resultante é uma leitura particular da realidade plotada em um mapa. Nesse sentido, os “mapas são territórios”, e mais, são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica de mapas.” (Vianna Jr., 2009, p. 37)

Vianna (2009) encontrou diferenças entre os mapeamentos realizados junto a povos indígenas e os realizados pelo Projeto Nova Cartografia Social em relação a outros tipos de mapeamentos participativos. Para Vianna, aqueles primeiros podem ser considerados como “automapeamento” dado o tamanho do envolvimento das comunidades no processo de mapear e na tomada de decisão do que é relevante para ser representado e de que maneira.

Isso reforça a percepção de que a cartografia social, pode ser lida como uma vertente da abordagem participativa de construção de mapas. Uma das marcas da Cartografia social é ser um instrumento de reivindicação dos grupos em busca do atendimento de demandas sociais, como por exemplo, pelo acesso a direitos fundamentais, como a posse ou titularidade da terra ou mesmo pela melhoria da qualidade de vida em seus territórios. Outra característica central é a luta pelo reconhecimento das próprias formas de conhecer e nomear o espaço, que em geral não são consideradas ou tem menor visibilidade nos mapeamentos empreendidos por órgãos oficiais de cartografia como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEx), para citar instituições brasileiras.

Esses são os conflitos de interesse pelo uso do espaço desenterrados pelos processos de mapeamento que inclui debates, conversas, desenhos, fotografias, entre outros momentos da produção das informações que serão selecionadas e estampadas nos mapas-produto que nos interpelam a olhar para esses conflitos e demandas. Nesse contexto, os diversos mapas participativos (e os não-participativos) de um determinado local

são peças do jogo de representações, que configura o que Acseraldi e Coli (2008) denominaram como “disputas cartográficas” que estão diretamente ligadas às “disputas territoriais”:

Assim sendo, se por um lado, tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, podemos falar, por outro lado da emergência de políticas cartográficas em que os mapeamentos são, eles próprios, objeto da ação política. E se a ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que se articula às próprias disputas territoriais. (Acseraldi e Coli, 2008, p. 14)

Afirma, ainda, que todos esses mapeamentos participativos são realizados em contextos de disputas territoriais e, frequentemente, no bojo de processos que pleiteiam acesso a políticas públicas, como manejo de recursos naturais em unidades de conservação (criação e gestão de reservas), reforma agrária (mapas para criação de Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e serviços urbanos previstos em planejamentos municipais (Vianna Jr, 2009, p. 36-37).

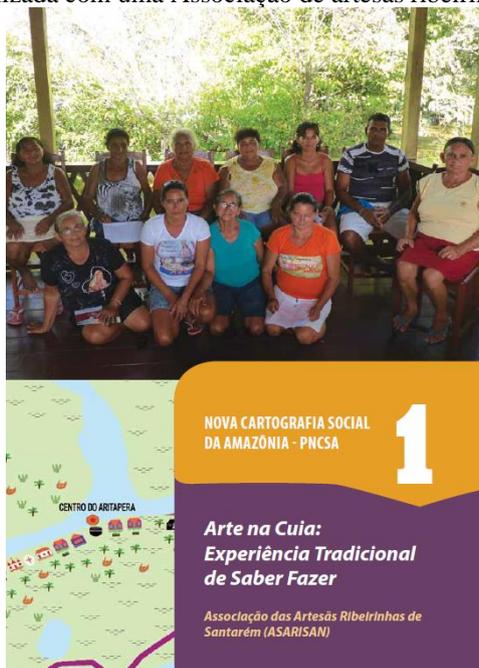
Conforme pontuado, uma das primeiras iniciativas de cartografia social no Brasil foi realizada na Amazônia ainda na década de 1990 no âmbito das pesquisas do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, que realizou mapeamentos participativos envolvendo membros de sindicatos associações e movimentos sociais na região do Programa de Mineração Grande Carajás instalado na Serra dos Carajás, no Pará (Acserald e Coli, 2008, p. 6). A partir dessa experiência e por iniciativa do antropólogo e seus colaboradores, houve formação de uma rede de pesquisadores, conjuntamente à membros de Organizações não Governamentais (ONGs) e representantes de comunidades tradicionais para dar continuidade a realização de novos projetos de cartografia social no Pará e estados vizinhos. A formalização dessa articulação de esforços se deu com a criação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), financiado pela Fundação FORD.

O engajamento dos pesquisadores do PNCSA com as reivindicações políticas e sociais das comunidades pesquisadas, associado à socialização de técnicas para construção dos mapas em conjunto com essas populações tradicionais, gerou produtos cartográficos e textuais publicados no site do projeto (na forma de fascículos, artigos e livros) que dão força às lutas destes grupos. Na medida em que essas cartografias foram divulgadas, passaram a ser cada vez mais valorizadas e, por isso, demandadas por grupos sociais com “bandeiras” variadas, ampliando as dimensões escalares do projeto.

Desse modo, tendo em vista a contribuição dos resultados das cartografias sociais para visibilização dos problemas enfrentados pelos grupos, em relação principalmente à questões de afirmação identitária, ao manejo dos recursos naturais das terras ocupadas e, principalmente, à manutenção/acesso aos seus direitos territoriais (posse ou propriedade da terra), houve a expansão do projeto, que passou a ter vários núcleos de trabalho, inclusive fora da Amazônia, como no Nordeste, por exemplo a criação do Núcleo em Pernambuco em parceria com Universidade de Pernambuco (UPE) através do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC/UPE), passando-se a denominar-se Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades do Brasil.

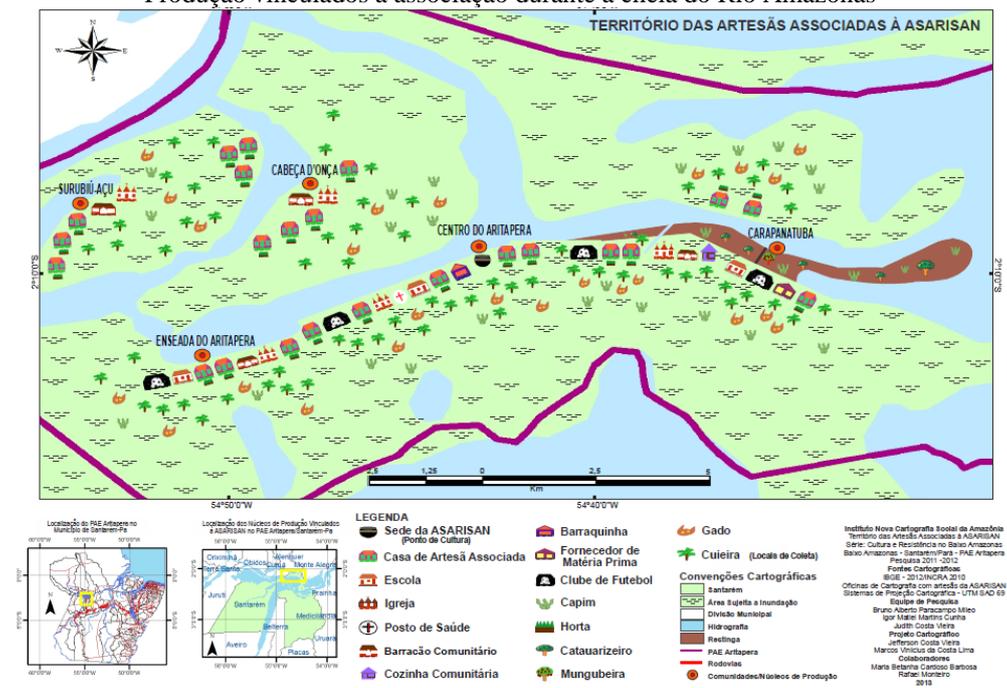
Em 2013 foi publicado um livro que funciona também como um catálogo que traz os resultados das variadas ações do PNCSA pelo Brasil desde o início do projeto incluindo o lançamento de 40 livros, mais de 120 fascículos ilustrados com os mapas de cada situação pesquisada (ver exemplos – Figuras 2 a 5), filmes e eventos realizados e ainda artigos que trazem reflexões sobre a importância dessas ações do ponto de vista político e teórico (Almeida e Farias Júnior, 2013).

Figura 2 – Capa do Fascículo “Arte na cuia: experiência tradicional de Saber fazer” que reúne os resultados da cartografia social realizada com uma Associação de artesãs ribeirinhas do Oeste do Pará.



Fonte: PNCSA (2013)

Figura 3– Mapa do Território das artesãs associadas à ASARISAN, onde se observa a Localização dos Núcleos de Produção vinculados a associação durante a cheia do Rio Amazonas



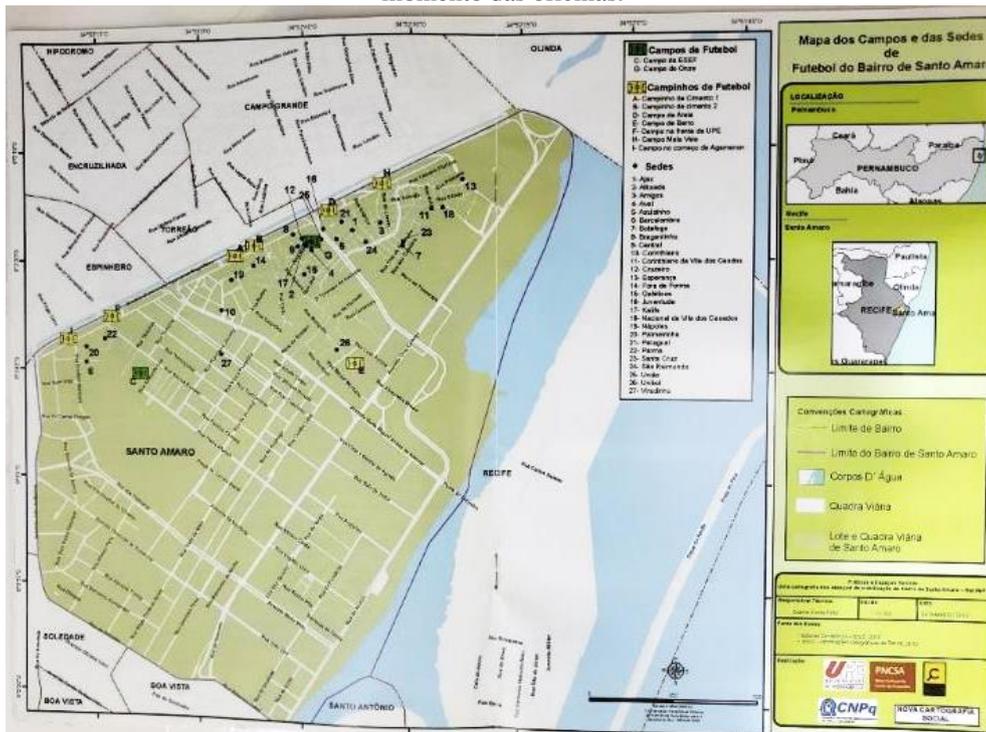
Fonte: PNCSA (2013)

Figura 4– Capa do fascículo "Times de futebol do Bairro de Santo Amaro, Recife-PE" resultante de oficinas com habitantes e membros dos clubes que decidiram por ressaltar essa atividade como elemento fundamental da identidade do bairro



Fonte: PNCSA (2016)

Figura 5– Mapa dos Campos e das Sedes de Futebol do Bairro de Santo Amaro, onde se destacam a localização dos campinhos de treino, dos campos para os jogos e das 27 sedes de clubes/escolas de futebol que existiam no bairro no momento das oficinas.



Fonte: PNCSA (2016)

De fato, o enfoque continua sendo o mesmo: dar suporte às mobilizações políticas das comunidades por meio da oferta de capacitação técnica aos grupos interessados na produção de mapas e outros produtos cartográficos. Isto ocorre através, por exemplo, da promoção de oficina de uso de GPS de navegação para orientação em campo e domínio da linguagem cartográfica, para mapeamento de temas variados ligados a desafios enfrentados por essas comunidades (PNCSA, s.d.).

Além de funcionar como um centro receptor de demandas por mapeamentos vindas desses grupos, o PNCSA permanece com o direcionamento para geração de pesquisas acadêmicas ligadas ao estudo desses territórios e conflitos. O projeto ainda deu apoio à Universidade Estadual do Maranhão para criação de um Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia⁸, direcionado para compreender a relação entre o Estado, comunidades tradicionais e territorialidades na Amazônia. O programa (PPGCSPA) é resultado de uma parceria firmada entre a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio do Departamento de Ciências Sociais – e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tem vagas direcionadas para pessoas que exercem algum tipo de liderança comunitária.

3. Considerações finais

As Cartografias participativas, entendidas aqui de forma ampla como um termo que reúne toda sorte de cartografias sociais, automapeamentos e etnomapeamentos cujos processos de construção dos mapas estão centrados nos usuários e participantes das oficinas de construção dos mesmos, tem no Brasil um histórico amplo que iniciou ainda nos anos 1990.

Se inicialmente a construção de projetos de Cartografias participativas esteve muito atrelado à questão ambiental e a necessidade de sintetização de demandas das populações tradicionais em relação a gestão de áreas protegidas, principalmente na Amazônia, hoje o cenário ganhou maior diversidade. As cartografias participativas são ferramentas amplamente utilizadas em meios urbanos também e em diversos contextos sociais e políticos, ganhando inclusive novos recortes ligados a esses movimentos sociais urbanos.

Considerando justamente o histórico das experiências acima exposto, observamos que há no Brasil um conhecimento consolidado em relação a importância da realização de Cartografias Participativas como ferramentas de ampliação do diálogo com as populações e como um meio efetivo de conhecimento das suas dinâmicas territoriais.

O artigo tratou ainda sobre a existência de um ponto de diferenciação entre os mapeamentos realizados exclusivamente a partir de demandas sociais, entendidos como Cartografia Social, e aqueles que são resultantes de outros processos como a construção de pesquisas acadêmicas como a que desenvolvemos (Martins, 2020).

As pesquisas acadêmicas, ainda que inspirada por questões da realidade e por conflitos socioespaciais que não raro englobam a experiência dos pesquisadores participantes e proponentes, em geral, parte de questões norteadoras próprias e de um projeto de pesquisa pré-estabelecido.

Desse modo, em respeito ao que as Cartografias sociais têm significado e pela sua origem nas demandas de grupos sociais organizados, avaliamos ser mais acertado utilizar um termo mais abrangente para definir tanto os projetos acadêmicos ou gestados no âmbito de instituições de políticas públicas como Cartografias participativas. Entendemos ainda que isso não impede que estes mapeamentos participativos abram espaço para a ingerência do grupo local sobre o mapeamento, procurando dar a mesma importância para o objetivo do grupo envolvido.

4. Agradecimentos

O presente artigo trata-se de uma parte da revisão de literatura realizada para a pesquisa de doutoramento denominada “Cartografias Participativas e Preservação do Patrimônio Cultural: Análise de Projetos no Âmbito do Iphan e uma Experiência de Aplicação no Recife, PE” defendida junto ao PPGEO/UFPE no ano de 2020. Agradecemos pelo apoio do grupo de pesquisa LECGEO/UFPE e da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pela concessão da bolsa de estudos durante o doutorado.

5. Referências

Acserald, H.; Coli, L. R. (2008). Disputas cartográficas e disputas territoriais. In Acserald, H.(Org). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. 13- 43.

Acserald, H.; Viêgas, R. N. (2013) Cartografias Sociais e Território – um diálogo latino americano. In Acserald, H. (Org). **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 15- 40.

Acserald, H. Cartografias Sociais. (2014). Entrevista com Henri Acserald do ETTERN/ IPPUR/UFRJ. Entrevistadores: Eliane Araújo; Michel Valle. Rio de Janeiro: COEP Rede Nacional de Mobilização Social. Publicado pelo canal Rede Mobilizares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LyoX7fq8YNg>. Acesso em: 15 de fev de 2020.

Almeida, A. W. B. (2004). Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, 9-32.

Almeida, A. W. B.; Farias Júnior, E (Org.). (2013). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições.

Duarte, P. A. (2008). Um pouco da história dos mapas. In Duarte, P. A. **Fundamentos de Cartografia**. Florianópolis: Ed da UFSC, 15- 45.

FONSECA, F. P. (2004). **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia**. Tese de Doutorado em Geografia Física. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/pt-br.php>. Acesso em: 03 abr. 2014.

FONSECA, F.P. (2008). O potencial analógico da Cartografia. **Boletim Paulista de Geografia / Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos Brasileiros**. nº 87. São Paulo: AGB. 85-110.

ICMBio. (2014). **Conselhos gestores de Unidades de Conservação Federal: um guia para gestores e conselheiros**. Brasília: MMA/Giz/GOPA.

Martins, A. B. S. P. (2020) **Cartografias participativas e preservação do patrimônio cultural: análise de projetos no âmbito do IPHAN e uma experiência de aplicação no Recife, PE**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Neves, R. De C. M.; Fialho, V. (2019). Nova cartografia social: experiências metodológicas e repertório confrontacional no nordeste do brasil. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 52, 31.123-142

PCNSA s.d. Página de Apresentação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 20 de jan. de 2019

Vianna Junior, A. (2009) Mapas e identidades: o reencantamento da cartografia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 2, n. 23. São Paulo. 36-37.